
PREFÁCIO

O presente documento é a compilação de palestras e de trabalhos selecionados que foram apresentados no Encontro Internacional sobre Mobilidade Populacional na América do Sul: estratégias administrativas e impactos socioeconômicos, em março de 2024, na Universidade Federal de Roraima (UFRR).

O objetivo maior do Encontro foi o de debater o fenômeno da mobilidade humana venezuelana no contexto dos países da América do Sul, em especial no Brasil, na Colômbia, no Chile e no Peru, colocando em evidência as transformações e os impactos socioeconômicos causados pela diáspora venezuelana nesses países e na própria Venezuela. Esse balanço envolveu debates sobre estratégias, gestão, políticas, mercado de trabalho, mudanças nos padrões de produção e consumo, além de trazer o modelo e gestão das “Redes de Cooperação” institucionais e organizacionais inseridas no atendimento e acolhimento da população migrante.

Compõem essa publicação textos elaborados a partir das palestras realizadas por pesquisadores convidados, a primeira parte, e a compilação dos resumos expandidos dos trabalhos apresentados na sessão de contribuições acadêmicas.

Na primeira parte da publicação, diversos aspectos da migração venezuelana são tratados em contextos de países da América do Sul. A dimensão da migração venezuelana em termos numéricos e destinos foi apresentado pelo Professor Tomás Páez, coordenador do Observatório da Diáspora Venezuelana. O autor indicou, como afirma o BID, que a crise econômica vivenciada pela Venezuela não tem precedente na América Latina. O País chegou a ter redução do produto interno bruto mais intensa do que em outras regiões dais quais há situação de conflito armado. O autor chama a atenção para a reiterada e constante violação de direitos humanos no país, fato constatado por diversas agências internacionais. Nesse quadro de visíveis vulnerabilidades, a saída dos venezuelanos seria não só a busca por melhores condições de vida, mas, para alguns, a única forma de escapar de um fatídico destino. Nesse contexto, a criação do Observatório vem atender a essa nova geografia de nacionais da Venezuela criada pela diáspora, acompanhando os deslocamentos, criando redes de informação e de contatos, fornecendo informações e agindo no processo de incidência junto às sociedades de acolhida e junto às autoridades locais, no sentido de contribuir para que essa migração seja realizada de forma regular e segura.

O Professor Jorge Dehays Rocha, da Universidade do Chile, no texto “Integração da diáspora venezuelana no Chile: insumos para discussão” apresenta informações sobre a importância da migração para a sociedade chilena. Ganha destaque a crescente importância da migração internacional no Chile, onde, em 2022, os imigrantes representam 8,6% da população total do país, com especial destaque para a presença

de venezuelanos, que representam mais de 55,0% do total dos não naturais residentes no país. Percentual esse elevado, mas aquém do observado no Peru (87,0%) e na Colômbia (90,0%). O autor destaca que, em geral, a diáspora venezuelana residente no Chile tem, em média, maior número de anos de estudo do que os migrantes de outras nacionalidades residentes no país. O foco maior do texto está direcionado para a apresentação dos resultados da pesquisa “Oportunidades de Inserção Laboral para a População Migrante e Refugiada no Chile”, realizada pela OIM em 2021 e 2022/2023. O levantamento buscou avaliar as dificuldades encontradas pelos imigrantes em acessar um posto de trabalho, ouvindo imigrantes e o setor patronal sobre os entraves para a contratação de refugiados e migrantes. Dentre as conclusões que o autor destaca, está a boa avaliação do patronato em relação ao trabalho dos imigrantes em termos de compromisso e produtividade quando comparados com os trabalhadores nacionais e aponta, como a maior dificuldade para as contratações a regularização documental e a comprovação de formação.

O Professor William Mejia, apresenta as conclusões preliminares do estudo “Colômbia: impacto no emprego e na renda do trabalho da migração de venezuelanos”. Nesse texto são compiladas as conclusões de 25 estudos realizados nos últimos cinco anos sobre a inserção dos migrantes venezuelanos no mercado laboral da Colômbia. Indica o autor, que, em termos numéricos, esses trabalhadores representam 4,8% da população ocupada do país. Dos estudos analisados, mais de 70,0% empregavam modelos econométricos em suas análises e tinham amplitude nacional. Apesar da diversidade dos estudos, indica o autor que os resultados compilados apontam para um reduzido impacto no mercado de trabalho com a entrada dos migrantes venezuelanos e a pouca alteração nas rendas auferidas pelos trabalhadores em geral. No entanto, ressalta que em termos regionais e até locais, essa análise pode ser alterada dependendo de circunstâncias que envolvem setores específicos da atividade econômica.

A segunda parte da publicação incorpora os resumos expandidos dos textos apresentados na sessão aberta às contribuições da comunidade acadêmica. Dos seis textos incorporados nessa publicação, três tratam da migração venezuelana tendo como pano de fundo o estado de Roraima, um trabalho incorpora nas análises elementos da diáspora venezuelana em outros países e, outro, trata de fluxo de migrantes que transitam pelo estado de Roraima, incluindo novos atores e a fronteira com a Guiana. O último texto, discute a relação entre política migratória e postura ideológica de governos tendo como referência a Itália e a migração mediterrânea para a Europa.

O processo de recepção dos migrantes venezuelanos no Brasil por meio da operação acolhida é o tema tratado por Telmo Borges. No texto “Explorando as dinâmicas da operação acolhida: impactos do livre trânsito de venezuelanos nas fronteiras brasileiras sobre a rede de cooperação e o acolhimento de migrantes e refugiados no Brasil”, o autor explora os aspectos legais do processo de acolhimento e a participação das

diversas entidades envolvidas. Indica que os procedimentos adotados transformam esse processo de acolhimento em exemplo único de política de recepção de migrantes.

Ainda tratando do processo de acolhida dos imigrantes venezuelanos, Júlia Camargo e Amanda Alencar, no texto “Governança digital migratória e a gestão de dados na fronteira Brasil-Venezuela”, fazem a discussão sobre a coleta de informações dos imigrantes, pelos órgãos responsáveis pela resposta humanitária, encarregados do processo de identificação e encaminhamentos dos imigrantes. Colocam em questão a pouca visibilidade do processo de coleta de dados, realizado em duas plataformas, uma administrada pelo Acnur e outra pelo governo federal, e a impossibilidade de acesso dos respondentes às informações registradas. Tal situação, coloca em evidência as fragilidades da situação de subalternidade dos imigrantes em termos do processo de coleta de informações.

A inserção das crianças imigrantes nas escolas de ensino básico em Boa Vista é o tema tratado por Francisca Silva e Luana Wunsch, no texto “Acesso à educação básica para imigrantes na rede municipal de ensino de Boa Vista-Roraima – Brasil”. As autoras indicam que a presença de crianças imigrantes nas escolas públicas não é uma situação nova. Além dos venezuelanos que representam o maior grupo, há também a presença de crianças haitianas e de pessoas provenientes da Guiana, por conta da proximidade geográfica com Roraima. Apontam que tal situação coloca desafios para a administração municipal, na busca da implantação de um ensino de qualidade que possibilite o desenvolvimento e a aprendizagem nesse contexto de diversidade das escolas.

O contexto da migração venezuelana no Brasil e em países da América do Sul foi tratado por Duval Fernandes e Denise Mendes, no texto “Migração venezuelana: a solicitação de refúgio como estratégia migratória”. Os autores discutem as distintas estratégias adotadas pelos países para a regularização do fluxo migratório venezuelano. Enquanto as autoridades brasileiras criam facilidades para o reconhecimento dos imigrantes venezuelanos como refugiados e, assim, facilitar a regularização migratória, via a aplicação ampliada da Declaração de Cartagena, outros países da América do Sul adotam os procedimentos da Convenção de Genebra e com isso, dificultam ou retardam o reconhecimento do status de refugiados dos migrantes venezuelanos. Apesar das facilidades oferecidas pelas autoridades brasileiras, no médio prazo, os migrantes optam pela regularização via o rito ordinário. Os autores indicam a necessidade de diálogo entre as autoridades dos países envolvidos, no sentido de criar mecanismos similares de regularização migratória envolvendo os migrantes venezuelanos.

A migração irregular de haitianos e cubanos pela fronteira Brasil-República Cooperativa da Guiana é discutido no texto “Fluxos migratórios na fronteira Brasil-Guiana”, apresentado por Pâmela Silva e Altiya Barbosa. Tendo como referência geográfica as cidades fronteiriças de Bonfim (Roraima) e Lethem (Guiana),

as autoras tratam do sistema de ingresso no território brasileiro de migrantes que têm por objetivo transitar pelo Brasil, para chegar a outros países, como Argentina e Chile. Descrevem as rotas utilizadas e a cumplicidade de brasileiros que atuam no transporte desses migrantes de forma clandestina, ligando a fronteira à Boa Vista. Essa entrada irregular no Brasil é parte de um esquema maior de contrabando de migrantes, que se aproveita das facilidades oferecidas pelas autoridades da Guiana, em termos da não exigência de vistos para nacionais de Cuba e do Haiti. Concluem que é necessário um planejamento estratégico que contribua para desenvolvimento dessa área fronteira, fortalecendo a integração entre os dois países e buscando minimizar a insegurança e a ilegalidade existente neste limite fronteiro.

As políticas migratórias adotadas pelo Governo italiano no período de 2018 a 2023 é o tema do trabalho “Políticas migratórias italianas em relação à migração no Mediterrâneo central: governos Conte, Draghi e Meloni (2018-2023)”, proposto por Alfonso Velasquez, Mônica Ferreira e Arthur de Oliveira. Os autores analisam de como as ideologias - direita, centro-esquerda e extrema-direita - moldaram abordagens de acolhimento, segurança e cooperação internacional, impactando os fluxos migratórios vindos da Rota do Mediterrâneo Central. Indicam que a influência da extrema direita no cenário migratório italiano é um elemento dominante ao longo período analisado. Isso reflete não apenas uma hegemonia ideológica, mas também a capacidade desses grupos em capturar uma parcela substancial da população italiana com suas perspectivas restritivas sobre a imigração. Este padrão reforça um desafio para a transformação do cenário migratório italiano. A prevalência das ideias anti-migração da extrema direita cria uma dinâmica política e social complexa. O impacto dessas ideologias moldou as políticas governamentais, tornando-as mais restritivas e menos receptivas aos migrantes que são considerados “verdadeiros estrangeiros”, como aqueles provenientes do Norte da África.

O conjunto dos trabalhos e palestras apresentados nesta edição especial representa a complexidade da temática migrações internacionais, abordados por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes formações e áreas de conhecimento. A leitura tornará evidente que essa complexidade não é um óbice para sua compreensão enquanto objeto único, pois se revela como um todo, na multiplicidade dos olhares sobre ela.

Esperamos que esta edição contribua e seja indutora de debates e reflexões produtivas, e sirva de estímulo à leitura e à divulgação de novas colaborações para o avanço de pesquisas e estudos sobre a migração internacional.

Boa leitura!

Duval Fernandes
PPGG - PUC Minas